

“Abertura de procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira”

ATA N.º 2

Aos nove dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu, na Sede dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, o júri nomeado para conduzir, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicado à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, ambas na sua atual redação, o procedimento concursal para seleção de um titular de cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, qualificado como cargo de direção intermédia de 2.º Grau.-----

Estiveram presentes todos os membros do referido júri, constituído por: Professor Doutor Luís Manuel do Carmo Farinha, do Instituto Politécnico de Castelo Branco, na qualidade de Presidente e pelos vogais efetivos, Dr. Luís António Fernandes Salgueiro, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira dos Serviços Municipalizados de Abrantes e Dr. Nuno Miguel Ferreira Lopes da Silva, Chefe de Divisão de Recolha e Valorização de Resíduos Urbanos dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.-----

A reunião obedeceu à seguinte ordem de trabalhos: -----

Análise das candidaturas apresentadas face aos elementos exigidos no aviso de abertura do procedimento concursal, publicado no Diário da República, Aviso (extrato) n.º 16767/2024/2, 2ª. Série n.º 152 e aviso publicado na BEP – OE202408/0253, ambos em 07 de agosto de 2024. Elaboração da Lista de Candidatos Admitidos e Excluídos, que fica anexa à presente ata. -----

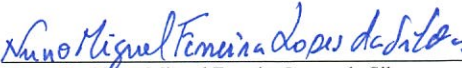
Após análise das candidaturas ao procedimento, cujos elementos constam do Anexo I à presente ata como Ficha de Apreciação das Candidaturas que fica a constituir parte integrante da mesma, aprovou o júri, na forma legal, admitir ao procedimento concursal os candidatos Maria José Reis Marques, Maria Luísa Sousa Mendes Amaro de Jesus, Roberto António Reixa Nabais e Zélia Maria Anselmo Torres, e excluir do mesmo a candidata Sara Sofia dos Santos Gaspar, por não ser titular de relação pública de emprego por tempo indeterminado ou nomeação em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua atual redação, não possuindo vínculo de trabalho em funções públicas, nos termos do artigo n.º 1 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), que define o âmbito de aplicação da referida lei, tendo que, a contrario, a mesma não é aplicável a entidades públicas empresariais (EPE), em conformidade com a alínea b), do n.º 1 do artigo 2.º daquela lei, e por não ter apresentado declaração emitida pelo serviço público a que se encontra vinculada, devidamente atualizada (com data reportada ao prazo de entrega das candidaturas), conforme estabelecido na alínea d) do ponto 10.1 do aviso de abertura do procedimento.-----

Nada mais havendo a tratar, o presidente do júri deu por encerrada a reunião, dela tendo sido lavrada a presente ata, a qual, depois de lida em voz alta e aprovada por todos os membros do júri, vai por estes ser assinada nos termos legais. -----


Prof. Dr. Luís Manuel do Carmo Farinha
(Presidente)

O Júri,

Dr. Luís António Fernandes Salgueiro
(Vogal efetivo)


Dr. Nuno Miguel Ferreira Lopes da Silva
(Vogal efetivo)

“Abertura de procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira”

Lista dos Candidatos Admitidos e Excluídos

Torna-se pública a Lista dos Candidatos Admitidos e Excluídos ao procedimento concursal aberto para o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, publicado através do Aviso (extrato) n.º 16767/2024/2, da 2.ª Série do Diário da República, n.º 152 de 07 de agosto 2024, e publicitado na BEP com o código de oferta n.º OE202408/0253, a 07 de agosto de 2024.

CANDIDATOS ADMITIDOS

- Maria José Reis Marques;
- Maria Luísa Sousa Mendes Amaro de Jesus;
- Roberto António Reixa Nabais;
- Zélia Maria Anselmo Torres.

CANDIDATA EXCLUÍDA

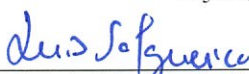
- Sara Sofia dos Santos Gaspar. a) e b)
- a) Não ser titular de relação pública de emprego por tempo indeterminado ou nomeação em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua atual redação.
- b) Não apresentou declaração emitida pelo serviço público a que se encontra vinculada, devidamente atualizada (com data reportada ao prazo de entrega das candidaturas), conforme estabelecido na alínea d) do ponto 10.1 do aviso de abertura do procedimento concursal.

Castelo Branco, 09 de agosto de 2024

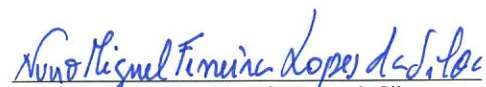
O Júri,



Prof. Dr. Luís Manuel do Carmo Farinha
(Presidente)



Dr. Luís António Fernandes Salgueiro
(Vogal efetivo)



Dr. Nuno Miguel Ferreira Lopes da Silva
(Vogal efetivo)